

**III Congresso Internacional e V Nacional Nacional Africanidades e Brasilidades em Educação 23, 24 e 25 de novembro de 2020
Universidade Federal do Espírito Santo. GT Africanidades e Brasilidades em Direitos Humanos e Políticas Públicas.**

O MERCADO DE TRABALHO E AS JUVENTUDES NEGRXS

Diomario da Silva Junior¹
Vinicius de Luna Chagas Costa²
Juliana Nascimento da Silva Avelino³

Resumo

Analisar as invisibilidades dos negros no mercado de trabalho, tendo como referência os cientistas sociais que produzem pesquisas na tentativa de demonstrar o processo explícito de desigualdade e discriminação racial na relação emprego e renda, sem que a sociedade repense essa realidade cruel atingindo cotidianamente a população negra, torna a questão racial central. A linha de cor vai tipificando as escolhas dos trabalhadores. Na escolha de incrementar a imigração branca no pós-abolição se consolida a tendência histórica da desigualdade racial na estruturação do mercado de trabalho brasileiro. Não é correto colocar a culpa da situação na escravidão. Para o incremento da imigração europeia um dos principais argumentos era a falta de capacidade do negro em adaptar-se a nova condição de trabalhador livre. Vinha de longe o esforço de atração legitimando a vinda de imigrantes incentivada pelo estado imperial e continua na mesma linha com o advento do estado republicano. Nesta perspectiva, entendo que a produção de Mário Theodoro (2008), Carlos Hasenbalg (2005), Luciana Jaccoud e Nathalie Beghin (2002), e Marcelo Paixão (2014), são importantes por demonstrar a partir de dados quantitativos como foram estruturadas e foram se atualizando as condições de discriminação e as desigualdades raciais no Brasil. Buscamos discutir como o programa jovem

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturas – GPMC /UFRRJ E-mail: doma.kli@hotmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturas – GPMC/UFRRJ. E-mail:viniciusgeografo@gmail.com

³ Mestranda em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Grupo de Pesquisa Conjuntura Nacional e Luta Contra o Racismo – UFRRJ. E-mail: julianaavelino@gmail.com

aprendiz e a lei de 10.097/2000 pode ser capaz de reproduzir ou proporcionar novos caminhos em relação a exclusão da juventude negra do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Juventudes; Mercado de Trabalho; Afrodescendentes; Jovem Aprendiz.

Introdução

Este texto tem como objetivo central investigar se de fato os programas de qualificação profissional em vigor contemplam a diversidade e as relações étnico-raciais num contexto educacional e econômico, em consonância com a as demandas e fossem capazes de criar pontes, caminhos para uma vida adulta de melhor condição humana e, social para as juventudes, pois a luta antirracista traz uma nova temática política.

Buscamos dialogar com as correntes teóricas que estudam juventude, de maneira a definir problematizar as visões sobre a juventude brasileira a partir das produções existentes, que desconsideram as diferenças – no caso, referentes à questão racial. A análise dessas teorias nos indicou que sejam teóricos estrangeiros ou brasileiros ficam a dever no entendimento da juventude negra e periférica. O entendimento passa sempre pela violência e cultura com pouca ou quase nenhuma discussão sobre a relação da centralidade do trabalho para esse grupo social. Apesar da discussão de MARGULIS e URRESTI (1996) sobre a juventude e a sua moratória vital, representada pela condição de energia física e a moratória social, condição de preparação para uma vida adulta, onde o tempo para a formação escolar é relevante na sua inserção no mundo do trabalho.

Sabemos que a grande parcela da juventude negra não é possuidora da condição de aproveitar a moratória social, pois trabalha na sua grande maioria desde cedo para reduzir a vulnerabilidade econômica, o que acaba interferindo na sua formação escolar, contribuindo para a sua entrada de forma precária no mundo do trabalho. Entendemos que este campo deve ser mais explorado no mundo acadêmico e social.

Ao analisarmos também o programa Jovem Aprendiz – PJA sob a perspectiva das políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho, buscamos

entender como a questão racial é abordada na discussão da integração do jovem na sociedade do capital, um campo de disputa também social. Para esta análise, tomamos por base o conjunto de leis gerais que regulam o Programa Aprendiz regulamentado pela Lei Nº 10.097⁴, de 19 de dezembro de 2000, que tem como premissa a “formação técnico-profissional” (art. 428 §4º) de jovens com faixa etária a partir de 14 até 24 anos. A base neste contexto trata-se de não só de um marco legal, mas de uma política de Estado que integra o corpo das reformas trabalhistas em um contexto neoliberal.

O interesse em estudarmos esse programa vinculado a juventudes é pelo fato de se constituir na mais ampla e disseminada política pública, de âmbito nacional no século XX, cuja missão se propõe articular empresas, e instituições de educacionais, de forma a propiciar o acesso de jovens ao mercado de trabalho com toda uma rede de benefícios sociais e oportunidade de qualificação. Dado essa envergadura, o PJA se apresentou como uma excepcional porta de entrada ao mercado de trabalho formal, com máximo nível de inclusão.

Juventude(s) no Brasil e no mundo: algumas considerações sobre a questão racial

A ideia de se discutir o conceito de juventude(s) não é nova. Para isto é necessário uma cuidadosa atenção para orientar programas voltados para as juventudes no Brasil. E que, para o que interessa à qualidade efetivamente inclusiva do PJA, é necessário aprofundarmos o que significa ser jovem no Brasil, considerando diferenças regionais, de classe, de raça e gênero.

A partir dos dados publicados em 17 de novembro de 2014 pela Organização das Nações Unidas (ONU), nos seus estudos sobre o perfil da realidade demográfica mundial, foi produzido um relatório da situação da população na escala global, pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Este estudo apontou que a população de jovens no mundo é de

⁴ A Lei 10.097/2000 afirma que empresas de médio e grande porte devem contratar jovens com idade entre 14 e 24 anos como aprendizes. O contrato de trabalho pode durar de até dois anos e, durante esse período, o jovem é capacitado na instituição formadora e na empresa, combinando formação teórica e prática.

Os jovens têm a oportunidade de inclusão social com o primeiro emprego e de desenvolver competências para o mundo do trabalho, enquanto os empresários têm a oportunidade de contribuir para a formação dos futuros profissionais do país, difundindo os valores e cultura de sua empresa.

aproximadamente 1,8 bilhões de pessoas, dentro de universo geral de 7,5 bilhões de habitantes no planeta. Os dados demográficos brasileiros, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram a existência de uma população de aproximadamente 207 milhões de pessoas, sendo 51 milhões de jovens.

Ao apresentar esses dados quantitativos queremos salienta a importância dos estudos de políticas públicas que atendam a juventude, pelo seu expressivo número populacional, que nos move a entender as condições de vida desse segmento demográfico responsável pela futura, e em alguns casos, presente condução de ações na sociedade.

Ao mesmo tempo, dialogamos com outros teóricos de maior amplitude⁵, sobre o tema em questão, destacando a dificuldade de radiografar, no Brasil, com plenitude, a complexidade necessária para entender a categoria juventudes.

As suas reflexões não ficam apenas no descrever como o noticiário do cotidiano retratam as ações que envolvem as juventudes, aponta também os caminhos desenvolvidos pelo meio acadêmico em suas pesquisas quando o foco é entender esse segmento de menor idade da sociedade.

A partir do abordado, entendemos ser importante estudar com as políticas públicas são pensadas para essas juventudes, sendo uma realidade apontar que a constituição federal afirma ser de responsabilidade do Estado e seus entes federativos a garantia de escolaridade básica para todos os brasileiros, esta obrigatoriedade constitucional atende a chamada educação formal. Na esfera do trabalho surge a lei da Aprendizagem – 10.097/2000, que relaciona a juventude ao processo de profissionalização.

No entender de Juarez Dayrell (2004), pensar juventudes é interrogar sobre as suas multiplicidades, mutabilidades e o seu contexto social vivido:

Considero a categoria juventude não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social.
(DAYRELL,2004,p.4)

⁵ Para ilustrar citamos: Sposito (2000) e Dayrell (2007)

Em seus escritos ao abordar juventude, DAYRELL (2004) permite entender que a complexidade dos estudos sobre a temática deve não levar em consideração apenas uma limitação etária para esse segmento da sociedade:

Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado quando entrar na vida adulta. A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma como um momento de exercício de inserção social, no qual indivíduo vai se descobrindo e descortinando as possibilidades em todas as instâncias da vida social, desde a dimensão afetiva até a profissional. (DAYRELL, 2004, p.4)

Na condição de construção do conceito juventude, como abordamos neste artigo, juventudes, a análise do contexto social/racial é relevante para entender os comportamentos dos jovens, essa diversidade do ser jovem em consonância das variedades de ser jovem, pois é perceptível as condições de um indivíduo participar de várias “tribos”. Participe dessas tribos temos jovens brancos e negros, mas que nem sempre garantem um único olhar em função disserem jovens e estarem dentro do mesmo grupo.

Marília Pontes Sposito e Felipe de Souza Tarábola (2017), apontam as preocupações em relação às pesquisas sobre a juventude:

Os constrangimentos sociais e as iniciativas ou *agency* de jovens - moradores nas cidades ou no campo - que afetam os percursos escolares, as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, a vida familiar e afetiva, as relações de gênero, orientações sexuais, a experiência da discriminação racial, vida coletiva, consumo, lazer e tempo livre compõem um caleidoscópio que se movimenta e produz arranjos diferentes nesses momentos do percurso de vida. (SPOSITO E TARÁBOLA, 2017, P.8)

As ponderações demonstradas representam as dificuldades em se pensar na representatividade das juventudes, as variáveis de entendimento desse conceito importante em qualquer análise da estruturação das sociedades

contemporâneas, em função da sua capacidade produtiva, tanto na questão cultural, como também no pensar na realidade econômica de um país.

Ao fazer um levantamento bibliográfico da produção acadêmica sobre o tema juventude, fica evidente como alguns teóricos europeus⁶ já há mais tempo exploram questões dentro de um universo específico. A ideia de juventude para eles tem a ver com preocupação na continuação da tradição familiar e como a ação política dessa juventude problematiza questões específicas, mas servem como ponto de partida para regiões aonde a preocupação a propósito vem ganhando maior interesse.

Queremos destacar José Machado Pais (1990), que problematiza o conceito de juventude a partir da seguinte reflexão:

Por isso, temos de nos treinar numa nova óptica que nos, a riqueza deixe ver através dos nomes das coisas, a riqueza semântica que aparece associada a esses “nomes” (ideias, conceitos). Era esse treino que gostaria também de exercitar ao propor que a juventude fosse principalmente olhada em torno de dois eixos semânticos: como aparente *unidade* (quando referida a uma fase de vida) e como *diversidade* (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros). (PAIS, 1990, P.149)

A abordagem de Pais (1990) contribui para o pensamento da pluralidade quando a juventude apresenta centralidade no desenvolvimento de pesquisas. Permite pensar nas mais diferentes categorizações de jovens em função das especificidades existente entre o que fazem parte da classe média na comparação com os que constituem a classe operária, sabendo que dentro das concepções classistas também há diferenciações. Não basta conceituar juventude com simplesmente uma fase da vida.

A questão da corrente classista é perceptível no cotidiano brasileiro onde indivíduos de uma mesma categoria social, participe de uma mesma fase da vida são tratados de maneira diversa, principalmente ao pensar a questão trabalho, no desenvolvimento de atividade econômica sem que ocorra uma exigência

⁶ Podemos destacar teóricos como Pais (2003), Bourdieu (1999) e Feixa (2004).

complexa para sua execução existe uma prioridade para os não negros, realidade referenciada nas redes de restaurantes e em lojas de departamento.

Ao ser abordado sobre juventude, Pierre Bourdieu (1983) responde o seguinte, na entrevista concedida a Anne Marie Métaillé, quando questionado sobre o que entendia por juventude, adultos e velhos que estão na Produção, responde:

Quando digo jovens/velhos, tomo a relação em sua forma mais vazia. Somos sempre o jovem ou o velho de alguém. É por isto que os cortes, seja em classes de idade ou em gerações, variam inteiramente e são objetos de manipulações. (...) O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas. (BOURDIEU, 1983, P.2)

A argumentação apresentada construiu um título como a entrevista ficou conhecida, *A juventude é apenas uma palavra!* Bourdieu argumenta como as interpretações sobre juventude, são caracterizadas por uma representação criada pelos que trabalham com a teoria social na busca do entendimento de uma condição do ser humano, sendo o ser jovem presente em vários momentos da vida.

A partir do argumentado por Bourdieu, sua realidade europeia trabalha pela visão de classe social, onde os possuidores de melhores condições econômicas vivem melhor os seus momentos de felicidade, por estarem distante das mesmas condições de luta da classe trabalhadora, podendo aproveitar da condição a qualquer momento. A população pobre não terá as mesmas condições.

Apesar de levar em conta as ideias de pensadores que há muito têm se debruçado em categorizar a juventude, nesse artigo, a questão passa por pesquisar e problematizar diferenças na juventude, que faz parte do Programa Jovem Aprendiz envolvendo classe social e a questão racial. Para tal buscamos o entendimento através da categoria juventudes, no plural porque a percebemos uma categoria multifacetada. Estas juventudes são definidas, no contexto das políticas públicas desenvolvidas pelo governo brasileiro, por uma faixa etária entre 14 a 24 anos que a unifica mais não a caracteriza. Pois neste intervalo

matemático fechado temos vários jovens com cultura e propriedades diferentes. O objetivo é entender essa categoria polissêmica através de teorias sociológicas que buscam descortinar e compreender essa condição de juventudes.

Neste caminho, utilizamos as argumentações do teórico de José Machado Pais, que pensa a juventude a partir da diferença e não da homogeneização:

Com efeito, a juventude começa por ser uma categoria socialmente manipulada e manipulável e, como refere Bourdieu, o facto de se falar dos jovens como uma «unidade social», um grupo dotado de «interesses comuns» e de se referirem esses interesses a uma faixa de idades constitui, já de si, uma evidente manipulação. Na verdade, nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil «unitária». (PAIS: 1990, p.140)

No texto, *Corrente teóricas da sociologia da juventude*, o autor esquadrinha as principais correntes da sociologia que abordam juventude, tendo como perspectiva a noção de corrente geracional. Pais permite entender com a teoria em questão pensa juventude, onde o conceito de juventude é referenciado pela fase da vida, condição que nos permite entender o aspecto unitário do conceito em questão. A condição de juventude é fortalecida pelo sentido de pertencimento a um grupo, cuja faixa etária conduz a igualdade de comportamento, perspectivas e do entendimento sobre o mundo que o circunda. Existe também uma unicidade em relação aos problemas presentes nesta geração. Condição que coloca as análises desta corrente em um intervalo de tempo fechado. O autor nos leva a entender como são diferentes as juventudes e como elas trilham diferentes lugares.

O que dizem as pesquisas sobre Juventude negra no Brasil e políticas públicas?

É importante seguir o histórico e as ações das políticas públicas de juventude desenvolvidas no Brasil sabendo da importância do atendimento das demandas deste seguimento social, porém, as políticas públicas apresentadas devem estar associadas às ações afirmativas, para assim incorporar explicitamente a questão racial. A juventude negra representa o maior quantitativo

demográfico do Brasil, para pensarmos no futuro deste país, a juventude negra deve ser tratada com o potencial que representa.

Pensar o futuro do Brasil passa por tratar sempre a juventude, a juventude pobre e em particular a juventude negra, pois a juventude de classe média/rica já apresenta o seu caminho definido, o país precisa da chamada moratória vital encontrada nestas juventudes.

Os Estudos Culturais representam na perspectiva atuante da juventude no mundo do tempo presente o enfrentamento a visão tradicional que demonstra ser incapaz de dar conta do entendimento real das interferências sociais da atuação do segmento jovem. Afinal não basta apontá-los como transição a vida adulta, nem os relacionar ao termo juventude-perigo para simplesmente definir suas múltiplas faces. Para entender a juventude como sujeito, devemos diagnosticar os limites nas análises sobre as juventudes, para assim entender as especificidades das condições histórico-sociais, econômicas, gênero, étnico-raciais do tema juventudes.

Diante das referidas noções, podemos refletir sobre a condição da juventude brasileira residente na periferia: considerando os dados veiculados a respeito da violência policial, de homicídios e humilhações recorrentes em qualquer espaço social; bem como as demandas de acesso regular e facilitado à educação, saúde, e as demandas de qualificação profissional e outras. Este grupo tem uma identidade marcante por ser em sua maioria negra ou descendente de negros com sua ancestralidade marcada por uma escravização. Como pensar que tenham condições de usufruir da chamada moratória social, com tempo de questionar, transgredir e agir como inconsequente ação a ser aceitas como “normal”.

Afirmamos que a realidade de “normalidade” no Brasil, só pode ser vivida por apenas uma restrita parcela de privilegiados da juventude da classe média/rica, antes de ingressar na vida adulta.

A condição de exclusão social caracteriza a dificuldade de pensarmos o conjunto da juventude negra como possuidora do tempo de moratória social, apesar da existência, assim como fato comum as jovens, ser detentora da moratória vital. Portanto, fica marcada na trajetória da maioria da juventude negra a falta da referência internalizada ao processo de maturidade social, onde o

indivíduo realiza transgressões, dentro de um reconhecimento das mesmas pela sociedade, assim como, evoluir no processo de formação educacional, cada vez mais prolongado por conta da complexidade atual da entrada no mundo do trabalho, resultando em maior permanência na residência dos pais, A violência atinge especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do Atlas da Violência 2017 (IPEA, FBSP) mostram que mais da metade das 59.080 pessoas mortas por homicídios em 2015 eram jovens (31.264, equivalentes a 54,1%), das quais 71% negras (pretas e pardas) e 92% do sexo masculino. Além de grave violação aos direitos humanos, a violência impede que parte significativa dos jovens brasileiros tenha uma vida plena e revela uma inesgotável fonte de perda de talentos para o desenvolvimento do país. (Índice de Vulnerabilidade Juvenil a Violência: 2017 p.15).

Sendo assim, mesmo na possibilidade de equidade das juventudes, tendo como referência a moratória vital, ela é diferenciada por ser capaz de atingir as estruturas sociais e culturais do território usado, implicando em resultados diferenciados no espaço.

É relevante apontar que teóricos importantes que pensaram juventude, como Pais (2003), Bourdieu (1983), Margullis e Urresti (1996) negligenciaram o recorte étnico-racial ao descortinar a vida da juventude, deixando um abismo teórico em suas definições de juventudes. Temos que estar atentos às condições de produção dos pesquisadores, considerando os objetivos apresentados na elaboração dos seus trabalhos, pois ao lê-los podemos ampliar ou repensar fatores capazes de refletir e compreender melhor a interferência da questão racial nas maneiras e dimensões diferenciadas, como são distribuídas as oportunidades.

Sabendo que os estudos sobre juventude, ainda precisam de uma maior investigação por parte dos pesquisadores brasileiros, essa realidade necessita de um esforço e investimentos em maior escala, a fim de problematizar e aflorar as suas questões. E quando no Brasil a juventude negra e suas especificidades torna-se pauta para as políticas públicas?

As pesquisas que focam as juventudes, em especial a de identidade étnico-racial negra, geralmente partem da questão da delinquência, ou das violências

sofridas por esse grupo. Podemos citar como exemplo o Atlas da Violência 2017, publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com o apoio do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Esta pesquisa reproduz os dados que os noticiários apontam como a única vertente para se estudar a juventude, onde as suas agruras marcadas pelo fator violência, assim como entendê-la a partir da questão da produção cultural.

Considerações

Neste artigo, tivemos o objetivo de discutir algumas interpretações a respeito da multiplicidade do conceito de juventude, que em alguns locais apresenta uma efervescência política e em outros se apresentam através de padrões culturais inovadores - condição apresentada no movimento hippie (EUA), no tropicalismo e no Teatro Experimental do Negro (Brasil) – é fundamental demonstra ser a cultura o fundamento para entender o confronto do binômio da elitização. Sendo assim, diante do que foi problematizado, percebemos que falta uma maior investigação e preocupação da conceituação das juventudes no Brasil, ao se desconsiderar a recorrência de preconceitos e discriminação racial e de outros tipos de violência e a precariedade de condições vivenciadas pela grande maioria da juventude negra e por jovens socialmente brancos (que se vêem e são vistos como tal). Mais ainda, como avaliar os diversos de prejuízos indenitários, à autoestima, devido à invisibilidade dessas culturas juvenis que hoje se configuram como foco tanto de resistência e de exemplo criativo de suas próprias formas de luta social.

Tecemos algumas considerações em relação ao Programa Jovem Aprendiz e as juventudes brasileiras. Hoje entendemos a política pública construída a partir da promulgação da Lei de Aprendizagem, e a sua importância para o maior segmento social do país, onde sua aplicação pode apontar caminhos que orientam a chegada ao mercado de trabalho de parte da juventude brasileira, apesar de ser uma política limitadora no sentido a quem efetivamente se destina, pois reproduz condição da empregabilidade para jovens pobres, a educação técnico/profissional.

A juventude pobre fica controlada, por representar o programa a possibilidade de trabalho e renda, pautas levantadas em todos os movimentos de

juventudes, porém a possibilidade de emancipação via educação fica comprometida. Entendo que jovens devem ter o tempo de escolarização para transcorrer sem atropelos e mudanças de foco, o PJA coloca a juventude na condição de uma dupla jornada, onde conciliar trabalho/escola é uma realidade complexa para a sua formação mais ampla, pensando no futuro profissional. A força da sociedade do capital absorve as atenções dos que buscam formação técnico/profissional, mas não fortalece a busca por uma formação escolar formal, em função do cansaço alegado pela atividade profissional desenvolvida, os jovens tendem a negligenciar com a sua escolarização.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A Juventude é apenas uma palavra. Disponível em http://search.4shared.com/postDownload/j6DjyDdw/A_Juventude_Apenas_Uma_Palavra.html, acesso 30/07/2019.

DAYRELL, Juarez. Juventude, grupos culturais e sociabilidade. 24ª Reunião da ABA, junho de 2004. Disponível em: http://www.cmjbh.com.br/arq_Artigos/ABA2004.pdf .

DAYRELL, Juarez (org.) Por Um Pedagogia das Juventudes: Experiências Educativas do Observatório da Juventude da UFMG. Mazza Edições, Belo Horizonte, 2016.

GROPPO, Luiz A. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. Revista Desidades nº 14, ano 5, mar 2017. Disponível em <http://desidades.ufrj.br/wp-content/uploads/Desidades14PT-1.pdf> , acesso:02/08/2019.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Belo Horizonte, Ed. UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2005.

MARGULLIS, Mario y URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: ARIOVICH, Laura [et al.]. La juventud es más que una palabra. Buenos Aires: Biblos, 1996, pág. 13-30.

PAIS, José Machado. Correntes teóricas da sociologia da Juventude. In: PAIS, José Machado. Culturas Juvenis. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 2ª Ed., 2003 pág. 47-79.

SPOSITO, M. P. e TARÁBOLA, F. S. Entre Luzes e Sombras: O passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil. Ver. Bras. Educ., vol. 22, n. 71, rio de Janeiro, 2017.